

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR ASSALARIADO NO INÍCIO DO SÉCULO (1900-1920) (*).

ANTÔNIO CARLOS BERNARDO

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

I. — INTRODUÇÃO.

Existem temas relacionados à sociedade brasileira, que vêm solicitando aos historiadores, sociólogos e economistas uma maior atenção. Referimo-nos aqui especificamente a problemática da industrialização e seus efeitos correlatos.

O desenvolvimento de pesquisas científicas relacionadas a esta temática, têm se intensificado na última década, sobrepondo-se a certas obras de caráter normativo de períodos anteriores. Este fato por si só é bastante significativo para esclarecer as possíveis reciprocidades existentes entre a elaboração científica e a sociedade. Esta procura encontrar na crítica sistemática proposta pela ciência, respostas coerentes que explicitem a situação em que se encontra.

E' no interior deste quadro que vamos encontrar as reflexões propostas por vários especialistas das ciências humanas (1) sobre a temática assinalada.

Os objetivos que nos animam ao apresentar esta comunicação em um encontro de historiadores, envolvem a situação acima coloca-

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

(1) . — Os trabalhos sobre industrialização e seus efeitos no interior da sociedade brasileira surgem com maior intensidade a partir da década de 60 com autores como Nícia Vilela Luz, Edgard Carone, Francisco Iglésias, Stein Stanley, Boris Fausto, Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso, Gabriel Cohn, Octávio Ianni, José de Souza Martins, Francisco Weffort, Aziz Simão, Leôncio M. Rodrigues, José A. Rodrigues, Celso Furtado, Antônio Delfim Netto entre outros.

da. De um lado, procuramos com isso reafirmar a interdependência existente no setor das ciências humanas, que nos leva por sua vez, à necessidade premente do estabelecimento de equipes interdisciplinares no campo das ciências sociais.

A convivência intelectual que estabelecemos no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, com a equipe de historiadores que ali desenvolve seus trabalhos, tem servido para sedimentar cada vez mais a assertiva do parágrafo anterior. O contacto diário que se desenvolve não somente nas atividades de ensino, mas também nas de pesquisa, têm sido extremamente útil a ambas as partes.

Com esta perspectiva é que participamos do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História — nossas pretensões não se alinham no sentido de oferecer soluções de ordem teórica ou metodológica. O que apresentamos são resultados preliminares de uma pesquisa mais ampla, que está centrada na análise da estrutura sindical durante o Estado Novo.

A perspectiva de abordagem adotada para o problema que envolve esta comunicação — o movimento operário no início do século XX (1900-1920) — coloca esta instituição como parte integrante da sociedade mais ampla, que por sua vez deve fornecer os elementos básicos para a sua explicitação.

A análise científica da gênese do sindicato, coloca em relêvo a contradição básica da própria instituição. Emergindo com a industrialização, que envolve a racionalização da produção, o sindicato, aparece ao mesmo tempo, como instrumento de representação do operariado industrial e como fator necessário à própria mudança das relações de trabalho inerentes a racionalização.

Este trabalho consubstancia-se basicamente na análise crítica das teses apresentadas aos Congressos Operários Brasileiros realizados em 1906, 1913 e 1920 (2). Esta documentação foi obtida graças a inestimável colaboração de Edgard Leuenroth, que não apenas colocou à nossa disposição um dos acervos documentais mais importantes da fase republicana do país, como prontificou-se a oferecer, através de entrevista não estruturada, o testemunho vivo e lúcido de uma fase, que reclama estudos mais acurados.

*
* *
*

(2). — A documentação utilizada neste trabalho foi arrolada, através de pesquisas realizadas no arquivo de Edgard Leuenroth e microfilmada no Serviço de Documentação da Reitoria da Universidade de São Paulo.

II. — A ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA — SUA GÊNESE (1900-1920).

Já em fins do século passado, emergem as primeiras manifestações de organização do movimento operário no país. Segundo testemunho de Edgard Leuenroth, podemos afirmar que, no último quartel do século XIX, as caixas beneficentes e as associações de socorros mútuos constituem o germen do sindicalismo que surgirá no início do século XX (3).

Nesta fase que podemos denominar de *embrionária*, as caixas beneficentes, ou de auxílio, são formadas no interior de cada empresa ou oficina, sendo na maioria das vezes de iniciativa do próprio empresário, que descontava a contribuição compulsoriamente dos salários. Os fundos existentes atendem os empregados em nível puramente assistencial, em caso de enfermidade, morte, desemprego ou invalidez.

Este tipo de organização têm caráter especificamente atomizante, pois não havia interrelacionamento no plano de categoria profissional, nem ao nível das empresas.

E' ainda no período considerado que surgem as associações de socorro mútuo, que já apresentam uma organização mais complexa. Elas se formam não ao nível de cada empresa ou oficina, mas tendo como eixo ordenador a nacionalidade, a categoria profissional ou a religião.

As associações mutualistas que agregavam os imigrantes de mesma origem, desenvolvem sua ação em dois sentidos diferentes. Se, de um lado, atendiam às necessidades materiais imediatas de seus membros, de outro desenvolvem vínculos de solidariedade responsáveis pela manutenção da coesão do grupo estrangeiro. Nos últimos decênios do século criaram-se

“sòmente na capital de São Paulo 19 mutuais operárias”

das quais uma com certeza reunia os membros da colônia alemã (4).

O aparecimento de sociedades mutuais católicas está intimamente ligado às que surgiam através dos vínculos de nacionalidade. As pesquisas realizadas por Carlo Castaldi (5) proporcionam elementos que permitem comprovar a assertiva acima. Os imigrantes de

(3). — Em manuscrito oferecido ao autor (1968).

(4). — Cf. SIMÃO (Azis), *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editôra e Editôra da Universidade de São Paulo, 1966, p. 161.

(5). — HUTCHINSON (Bertram et al.), *Mobilidade e Trabalho — Um Estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, CBPE, 1960, p.

origem italiana, que vieram para São Paulo e se fixaram no núcleo urbano tinham no culto religioso um dos elementos que permitia a manutenção dos traços culturais e o sentido da nacionalidade. Neste sentido a prática religiosa em torno de imagens, como a da Nossa Senhora da Acheropita, no bairro da Bela Vista e de São Vito Mártir no bairro do Brás, permitiram o desenvolvimento de relações intra-grupais, que se expandiram na constituição de associações mutualistas de cunho confessional.

As considerações anteriores permitem afirmar, que as primeiras organizações de cunho assistencial, surgem no país, através de um processo de recriação dos padrões europeus, tendo por escopo não apenas atender às necessidades do trabalhador industrial, mas também como elemento de sustentação das minorias estrangeiras.

Evidentemente que esta fase associativa está interrelacionada à estrutura sócio-econômica vigente. Neste período, as atividades de transformação de matéria-prima têm pouca significação no interior da sociedade brasileira, que estava voltada inteiramente para o setor agrário-exportador. As primeiras manufaturas que surgem, ainda no século XIX, permanecem visceralmente ligadas à atividade agrícola, mas a legislação já apontava os primeiros passos da diferenciação da estrutura de produção.

Assim é que o Código Penal Brasileiro de 1890 previa a pena de

“prisão celular de um a três meses e multa de 200\$000 a 500\$000”

a todos aqueles que aliciassem operários ou trabalhadores para deixarem seus estabelecimentos de trabalho (art. 205), enquanto que o art. 206, do mesmo código, punia com prisão de um a três meses a todo aquele que causasse ou provocasse a cessação ou suspensão do trabalho. O vocábulo *operário* começava a surgir com maior frequência nos textos de lei, indicando uma diferenciação da atividade econômica no interior da sociedade inclusiva.

A regulamentação das relações de trabalho tornava-se pouco a pouco mais sofisticada. Ainda no mesmo ano de 1890 os decretos n.º 439 que entra em vigor a partir de 31 de maio e o de n.º 843 de 11 de outubro orientam a legislação social para novas direções. Segundo Evaristo de Moraes Filho

“procurava esta legislação atenuar as tensões que começavam a surgir nos núcleos urbanos em virtude da intensa corrente migratória que se estabelece no sentido campo-cidade” (6).

(6). — MORAES FILHO (Evaristo de), *A Regulamentação das Relações de Trabalho no Brasil*, in “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, Belo Horizonte, III (2): 3-30, julho, 1963.

Embora êste fenômeno deva ser considerado na explicitação das leis estabelecidas, não podemos minimizar a importância do fator representado pela diferenciação da economia. Neste sentido, o segundo decreto citado era bastante explícito, pois estabelecia a concessão de favores ao Banco dos Operários para o auxílio na construção da casa própria (7).

Os artigos existentes no Código Penal de 1890, foram revogados no mesmo ano, admitindo-se a greve pacífica,

“que passaria a ser delito somente quando ocorressem atentados contra pessoas e coisas” (8).

Em 1894, por influência dos operários que esposavam ideais anarquistas e socialistas é realizada uma reunião para planejar as comemorações, que recordavam a tragédia de Chicago. A reunião foi dissolvida, sendo que os seus participantes entre os quais se destacavam Artur Campagnoli, Félix Vezani e Augusto Donati foram presos e levados para o Rio de Janeiro (9).

No período por nós estudado, a atuação daqueles que professavam a doutrina da ação direta, assume papel relevante. Realmente são os anarquistas em conjunto com um grupo socialista, os primeiros a mostrarem a necessidade da constituição de entidades sindicais operárias.

Os jornais editados ainda ao fim do século passado, por vários grupos de imigrantes, entre os quais se destacava o italiano, permitem avaliar o trabalho realizado na difusão das idéias. São desta época *L'Avvenire*, publicado em São Paulo em 1893, com textos em italiano e português, *Il Risveglio* (São Paulo, 1893) e *Il Distrito*, publicado em Curitiba por um grupo de anarquistas italianos oriundos da antiga Colônia Cecília.

Embasado principalmente na atuação do imigrante de origem italiana, mas contando também com a colaboração do espanhol e do

(7). — Ainda sobre o mesmo problema é de salientar-se a influência dos ideais positivistas no Brasil — expressas no projeto elaborado por Teixeira Mendes e apresentado à consideração do Governo Provisório por Benjamin Constant em 1889. Para maiores detalhes vide LINS (Ivan), *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo. Companhia Editôra Nacional. “Brasiliense”. Vol. 322. 1967, pp. 377-381.

(8). — MORAES Fº, art. cit. p. 4.

(9). — Apesar de não existir legislação pertinente, a reunião foi dissolvida — os três líderes citados eram de nacionalidade italiana, sendo que o primeiro destacou-se como escultor e criador de uma colônia anarquista no município de Guararema no Estado de São Paulo. (Dados colhidos através do depoimento de Edgard Leuenroth ao autor. São Paulo — 1968). Êste fato é também testemunhado por Everardo Dias em sua obra *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit, 1962.

português, o movimento libertário, influenciava as primeiras manifestações do operariado urbano.

No início do século XX funda-se em São Paulo o jornal *Avanti* de tendências socialistas de acôrdo com as propagadas em França por Fourier. E' esta linha que norteará a fundação em 1902 do Partido Socialista Brasileiro, que exercerá também influência junto ao proletariado industrial que começava a emergir no interior da sociedade brasileira.

A organização sindical só tomará formas mais concretas a partir da realização do 1.º Congresso Operário Brasileiro, que se reúne no Rio de Janeiro em abril de 1906.

Neste Congresso irão se defrontar socialistas e anarquistas, cabendo aos últimos a liderança, que se delineia claramente nas teses vitoriosas. Cumpre salientar, antes da análise crítica das teses apresentadas, que já nesta primeira reunião as proposições de arregimentação do operariado industrial haviam alcançado praticamente todo o país. O rol das entidades participantes do referido Congresso nos oferece possibilidades de dimensionar a questão. Enviaram representantes do Congresso de 1906 as seguintes entidades: Federação Operária de São Paulo, União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, Liga dos Artistas Alfaiates de São Paulo, União Operária de Ribeirão Preto, Federação Socialista da Bahia, União Operária do Rio Grande do Sul, Centro dos Operários Marmoristas do Rio de Janeiro, Sociedade Internacional dos Operários de Santos, União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas, Centro das Classes Operárias de Juiz de Fora, União Operária Alagoana com sede em Maceió, Centro Protetor dos Operários de Pernambuco, Centro Operário Fluminense de Niterói, Centro Artístico Cearense com sede em Fortaleza, Junta Auxiliadora dos Operários de Nova Lima (Minas Gerais), enquanto que do Distrito Federal participaram representantes da Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, Sociedade de Classe dos Marceneiros, União dos Chapeleiros, União dos Operários Estivadores, Liga Operária Italiana, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Manipuladores de Tabaco, Centro Internacional de Pintores, União Operária do Engenho de Dentro, Liga das Artes Gráficas, União dos Maquinistas, Sociedade Protetora dos

Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas, e União dos Recebedores em Ferrocarris (10).

A simples nomenclatura adotada e a distribuição por área geográfica, permite-nos verificar a extrema diversidade das primeiras organizações e a maior participação de entidades do Distrito Federal, que até 1910 constituía o centro mais importante de transformação industrial do país.

A concentração industrial no Distrito Federal até os fins da primeira década do século é evidenciada pela organização da primeira entidade de caráter empresarial de cunho nacional: o Centro Industrial do Brasil, que surge em 1904 da fusão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Esta entidade, objetivava

“promover o desenvolvimento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria, concorrendo quando possível, para a formação nos Estados, de associações congêneres de maneira a estabelecer, com segurança, a federação dos interesses industriais do Brasil” (11).

No primeiro ano de funcionamento a entidade que congregava os empresários industriais já contava com aproximadamente 350 associados. O primeiro censo industrial promovido pela instituição patronal em 1907 revelou a

“existência de 3250 estabelecimentos industriais, com
665.576:663\$000 de capital e com uma produção de
741.536:108\$000. Empregavam-se 150.841 operários” (12).

Os dados oferecido pelo censo revelam que do total geral o Distrito Federal participava

“com 30% da produção industrial, 24% do operariado e 20% do total de estabelecimentos. São Paulo estava com 16% da produção, Rio Grande do Sul com 7% e Minas Gerais com 4%” (13).

(10). — Arrolamento organizado através de consultas em documentos que constituem parte do arquivo de Edgard Leuenroth. Além da representação das entidades mencionadas, fizeram-se presentes também 4 jornais — totalizando no geral 43 delegados.

(11). — BASTOS (Humberto), *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo, 1952, p. 28.

(12). — SIMONSEN (Roberto), *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo, Federação das Indústrias de São Paulo, 1939, p. 26.

(13). — *Ibidem*, *op. cit.*, p. 26.

A indústria que se implanta nos primeiros decênios está concentrada basicamente na produção de bens de consumo, para atender ao mercado interno que começava a se expandir graças ao fluxo de renda gerado no interior da economia cafeeira. Surge assim, a indústria, como apêndice de uma economia agrária que apresentava-se inserida em um sistema mais amplo.

E' o próprio Roberto Simonsen quem assinala os efeitos da Revolução Industrial nos países da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte e suas repercussões em relação ao Brasil. Para o Autor citado em fins do século XIX,

“o Brasil havia sido reduzido à posição de simples produtor de artigos agrícolas, de caráter nitidamente tropical, lutando com fatores adversos de toda ordem...” (14).

Processara-se portanto o fenômeno da divisão internacional do trabalho, que permitiu a certos países assumirem o papel de produtores de bens manufaturados, enquanto outros passavam a desempenhar papéis de produtores de matéria-prima e de consumidores dos bens transformados no exterior.

E' no interior deste quadro mais amplo que devem ser analisados os surtos industriais e suas conseqüentes implicações na mudança da estrutura sócio-econômica. À sua ocorrência está intimamente relacionada a crises ocorridas no interior do próprio sistema, que permitiam reduzir a situação de dependência dando ensejo as primeiras transformações da economia nacional.

A nossa indústria vai se apresentar com características bem definidas: apoiada basicamente na utilização extensiva da mão-de-obra para atingir níveis de produtividade que compensassem a fragilidade do maquinário existente e voltada exclusivamente para a produção de bens de consumo que atendessem a pressão da demanda exercida por um mercado interno em ampliação. Deve-se salientar que a ampliação do mercado interno não se dava apenas ao nível quantitativo, mas também por uma ampliação das exigências daquela população que originária da zona rural via crescer o grau de suas necessidades quando migrava para os núcleos urbanos.

Todos estes fatores contribuíam conjugadamente no sentido de iniciar as transformações na estrutura de nossa economia ao mesmo tempo em que se iniciava a mudança da estrutura sindical. Nesta

(14). — *Ibidem, op. cit., p. 13.*

perspectiva, as teses e moções, apresentadas ao Congresso Operário de 1966 definem as novas diretrizes (15).

No item referente a organização assim se expressavam os delegados a esta reunião:

“O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo?

Tema 1

Considerando que:

- a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficiência, mutualismo, ou cooperativismo seria tóda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições;
- essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vèzes para embarçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fôra constituída — a resistência;

O I Congresso Operário aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a êsse fim e que, para melhor sintetisar êsse objetivo, as associações operárias *adotem o nome de sindicato*.

Esta resolução foi reafirmada no II e III Congresso realizados, respectivamente, em 1913 e 1920. Adotava-se, portanto, organização baseada no que Alain Touraine denominou de

“sindicato de oposição” (16).

Este sindicato corresponderia a um proletariado industrial minoritário, no conjunto da população brasileira e representado basicamente pelo imigrante estrangeiro, que participava com mais de 80% da população empregada nas atividades de transformação. Êstes dois elementos articulados a fase de desenvolvimento industrial e ao sistema político vigente favorecem o deslocamento do operariado, que

(15). — As teses e moções apresentadas aos 1º Congresso Operário do Brasil (1906), II Congresso Operário (1913) e III Congresso Operário (1920) foram arroladas pelo autor através de pesquisa realizada no arquivo particular de Edgard Leuenroth.

(16). — Cf. TOURAINE (Alain) e MOTTEZ (Bernard), *Clase Obrera y Sociedad Global* in “Tratado de Sociologia del Trabajo”, México, Fondo de Cultura Economico, v. 2, pp. 266-267.

não encontrando vias socialmente regulamentadas para desenvolver sua ação, cria o sindicato de oposição (17).

Opera-se portanto, uma transformação, a partir de 1906 no que diz respeito a própria organização da classe que emergia com o aparecimento dos surtos industriais. Definiam-se novos objetivos e novas diretrizes quanto às associações operárias, que vão perdendo paulatinamente o seu caráter assistencial.

Alguns autores, através de uma análise, a nosso ver parcial da temática aqui tratada, procuram minimizar a atuação do sindicato na primeira vintena do século. O operariado industrial é visto como

“um extrato social extremamente débil e minoritário no conjunto da população” (18),

além de possuir uma estrutura organizatória essencialmente frágil. Todavia, o seu simples existir começa a produzir efeitos na esfera legislativa. Em 5 de janeiro de 1907, é aprovado o decreto n.º 1637, que, apesar de outorgar às entidades profissionais o caráter de pessoas jurídicas de direito privado (19), é o primeiro passo concreto no sentido de propiciar a organização do sindicato operário.

Quando afirmamos a parcialidade de certos autores no que se refere a análise do sindicalismo operário neste momento, temos presente não apenas as influências que o mesmo passa a exercer na esfera legislativa, mas na sociedade como um todo. Pensar a fragilidade da estruturação em termos quantitativos, isto é, em função da quantidade da população empregada no setor industrial é negar o sentido de qualidade que se expressa em toda relação social e que é bem característico nas relações de trabalho.

Esta é a tese exposta pelo Prof. Leôncio Martins Rodrigues, embasada fundamentalmente na defasagem que existiria entre as proposições feitas pela liderança sindical da época e a própria base operária (20). Não negamos a existência da distância, mas não podemos ignorar também o papel que tal liderança desempenhou no processo de relações de classe.

A crítica feita ao “sindicalismo de oposição” é de que o mesmo ao se colocar frontalmente contra o sistema, deixa de atender às exigências materiais do trabalhador industrial, não conseguindo portan-

(17). — BERNARDO (Antônio Carlos), *Evolução do Movimento Operário Brasileiro*, in “Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Bresilien”. Caravelle 13. Université de Toulouse, França, 1969, pp. 49-61.

(18). — RODRIGUES (Leôncio), *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966, p. 28.

(19). — MORAES Fº (Evaristo de), *art. cit.*, p. 5.

(20). — Cf. RODRIGUES (Leôncio), *Classe Operária e Sindicalismo no Brasil*, in “Sindicalismo e Sociedade”, São Paulo. D.E.L., 1968, p. 346.

to um maior número de adeptos, configurando-se assim a sua fragilidade, perante o próprio sistema a que era contrário.

Nesta perspectiva o “sindicato de oposição”, passa a ser encarado, como um obstáculo a própria realização histórica do operariado industrial.

Realmente, como já salientamos na introdução, o sindicato encarado como instrumento de representação operária, têm existência contraditória — mas esta característica não pode nos levar a pensar o “sindicato de oposição” como um tipo impróprio de organização operária. Confunde-se assim a análise científica da gênese do sindicato no Brasil, com a formulação de normas de atuação política.

A análise minuciosa e crítica dos documentos do período, permite-nos afirmar exatamente o inverso, isto é, o sindicato que emerge do Congresso de 1906 é um dos fatores que compõe todo um processo, de afirmação do operariado industrial enquanto classe.

As diretrizes emanadas do Congresso de 1906 vão permitir uma maior uniformidade e coesão da estrutura sindical, que até então apresentava-se dispersa em uniões, ligas e sociedades beneficentes.

E' êste o sentido das teses discutidos e aprovadas não só em 1906, mas também nos Congressos posteriores de 1913 e 1920, que reafirmam as primeiras. Assim expressavam-se os trabalhadores nos anos subseqüentes:

“O II Congresso Operário Brasileiro aconselha que as federações estaduais só admitam em seu seio os sindicatos exclusivamente formados de trabalhadores assalariados e que tenham como base principal a resistência” (21).

“O III Congresso Operário Brasileiro confirmando plenamente as resoluções do anterior sôbre a beneficiência nos sindicatos, aconselha as organizações que ainda a mantenham em seu seio, que trabalhem no sentido de fazer com que as caixas destinadas para êsse fim sejam mantidas separadamente das de resistência, deixando aos novos associados a liberdade de contribuir ou não para as mesmas, aconselhando, porém o proletariado que quando se trate de organizar novos sindicatos evitem a adoção de beneficiência” (22).

(21). — *Boletim da Comissão Executiva do II Congresso Operário* (1913) — microfilmado.

(22). — *Boletim da Comissão Executiva do III Congresso Operário* (1920) — microfilmado.

Se críticas podem ser feitas à estrutura sindical da época é de que a mesma ainda apresentava-se indefinida quanto à natureza do trabalho assalariado. Contudo, isto não impedia o desenvolvimento da organização operária em torno do “sindicato de resistência”, como era chamado na época.

A indefinição apontada anteriormente está vinculada basicamente à idéia que todo assalariado constituía-se em operário, sem distinguir por exemplo os empregados no setor de serviços. Já em 1906 colocava-se em discussão a tese da constituição de sindicatos “não operários”. Aqui a noção de operário aparece ligada fundamentalmente àqueles que recebiam salários.

“Considerando:

- que as questões operárias só podem ser francamente resolvidas pelos próprios interessados, livres da influência de interesses alheios e das sugestões estranhas;
- que a intervenção efetiva na sociedade operária de pessoas movidas por interesses contrários ou por idéias e sentimentos mais ou menos estranhos aos interesses operários, pode, como a experiência ensinou, prejudicar a ação sincera da associação e escurecer a clara noção dos interesses de classe;
- o I Congresso Operário entende que a sociedade de resistência não deve admitir patrões, nem quaisquer espécie de não trabalhadores, mas unicamente assalariados, que não explorem por sua conta operários aprendizes” (23).

Este documento reflete claramente um dos momentos da diferenciação operada no interior da estrutura — sócio-econômica que propiciava uma percepção difusa das próprias relações de trabalho. Preocupados em impedir a participação dos “não operários” identificados como todo aquele que utilizava mão-de-obra assalariada, não conseguiram os participantes do Congresso de 1906 definir com clareza quais os interesses básicos do trabalhador nacional — chegando ao extremo de não aceitar em suas entidades os mestres, contra-mestres e encarregados. Estes eram encarregados como os “verdadeiros representantes dos patrões” dentro de uma visão maniqueísta, consubstanciada na tentativa de distinguir os

(23). — Tese apresentada ao I Congresso Operário Brasileiro no campo das “Modalidade Sindicais”.

“bons dos maus mestres ou contra-mestres” (24).

Neste momento a estrutura sindical como salienta Aziz Simão vai apresentar

“uma pluralidade decorrente de situações socialmente dadas e não de diversidade ideológica, o que aconteceu apenas nos meados da terceira fase industrial” (25).

Apesar da fluidez e fragilidade apresentadas pela estrutura operária da época, que são evidenciadas pela diversidade associativa e pela descontinuidade de ação dos próprios sindicatos, não podemos deixar de lado o papel que a mesma desempenhou na mudança das relações de classe.

Pensar a estrutura sindical brasileira como obra única e exclusiva da ação do Estado a partir de 30 (26) é atribuir ao mesmo não apenas o caráter de neutralidade, mas o de demiurgo da própria história do operariado nacional.

* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Modesto Gomes* (ICHL-UFGO. Goiânia. Goiás).

Perguntou:

A religião contribuiu para que houvesse melhoria na situação do operário?

Qual a reação patronal às reivindicações obreiras?

*

Da Profa. *Zilda Zerbini Toscano* (FFCL-São Bento. PUC-São Paulo).

Indaga:

O papel político desses sindicatos em 1930 podia ser caracterizado em torno da Frente Ampla da Revolução Liberal?

(24). — Cf. tese apresentada ao Congresso Operário de 1906 — que propunha ao final a exclusão de mestres e contra-mestres dos sindicatos, deixando todavia aberta a possibilidade de adesão em “casos excepcionais” através regulamentação específica.

(25). — SIMÃO (Azis), *Op. cit.*, p. 194. A terceira fase industrial é entendida por este autor como aquela que se inicia a partir dos anos 20 e chega até o advento da Revolução de 30.

(26). — Cf. RODRIGUES (Leôncio), *Op. cit.*, p. 348.

*

Da Profa. *Helena Pignatari Werner* (FFCL-PUC. São Paulo).

Pergunta:

Qual foi o comportamento do imigrante no Brasil, já que conheciam leis trabalhistas mais avançadas?

Isso explica o aparecimento dos sindicatos?

Foram os imigrantes que influenciaram o proletariado brasileiro?

*

Do Prof. *Dióres Santos Abreu* (FFCL-Presidente Prudente. São Paulo).

Indaga:

Qual foi o papel da Igreja diante do aparecimento dos sindicatos?

Ela desempenhou um papel amortecedor das reivindicações operárias ou ela incentivou a formação de entidades de classe dentro da recente política de fins do século XIX da doutrina social católica?

*

* *

RESPOSTAS DO PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS BERNARDO.

Ao Prof. *Modesto Gomes*.

Diz que a religião, enquanto elemento que favoreceu o aparecimento de mutuais confessionais, desempenhou um bom papel no critério das associações operárias.

As reações patronais são as mais distintas possíveis:

1). — encontramos elementos que não aceitaram a mediação das associações de trabalhadores (por exemplo: o Café da Sé, 1924);

2). — outros que a aceitaram como instrumento necessário da própria racionalização inerente do surto industrial.

*

À Profa. *Zilda Zerbini Toscano*.

Afirma que, infelizmente, não tem nesta Comunicação elementos necessários para explicitar a questão: pois tratou do problema no período 1900-1920.

*

À Profa. *Helena Pignatari Werner*.

Diz que, realmente, o comportamento do imigrante deve ser avaliado com rigor. O papel do mesmo na organização operária deve ser visto em dois sentidos:

a). — enquanto elemento capaz de quebrar as reações patrimonialistas existentes no interior da sociedade brasileira.

b). — enquanto elemento preocupado em retornar à sua terra de origem e, portanto, sem preocupações de participar das numerosas associações de trabalhadores.

*

Ao Prof. *Dióres Santos Abreu*.

Declara que a resposta dada ao Prof. Modesto Gomes esclarece o assunto.